

LINGUAGEM E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL\*

Jonas de A. Romualdo  
UNICAMP

Com o propósito de tornar mais fácil para nós a presente discussão, peço que não me exijam uma definição do que estou chamando linguagem. Vou usar linguagem conscientemente em vários sentidos, acreditando que isso será útil para a colocação de alguns problemas. Acredito que os diversos sentidos de linguagem serão entendidos no decorrer desta exposição sem maiores problemas. Usarei também, sem me preocupar em explicitar as diferenças entre os dois termos, os conceitos grupo social e classe social.

Supondo, então, que exista um consenso geral em relação aos sentidos dos termos linguagem, grupo social e classe social, tentarei equacionar modestamente

---

\* Conferência apresentada na "Quinzena do Negro", promovida em maio de 1977 na Universidade de São Paulo.

os problemas seguintes, tentando relacioná-los, tanto quanto possível, com a problemática do negro brasileiro:

1 - Algumas relações entre línguas faladas no Brasil e os diversos grupos e classes sociais.

2 - Algumas relações entre dialetos do português e classes sociais.

3 - Algumas relações entre linguagem e poder.

Tenho mais um outro cuidado: quero que muitas das afirmações sejam tomadas como hipóteses de trabalho que, como tais, precisam ser testadas, mesmo porque pouco ou quase nada se sabe em relação aos problemas lingüísticos da comunidade brasileira. É necessário que muitas pesquisas sejam feitas para que enxerguemos alguns problemas um pouco mais claramente.

O Brasil, como todos sabem, não é um país em que só se fala o português. Embora o português seja numericamente a língua dominante, existem várias línguas de importância, em termos numéricos, faladas no Brasil: o espanhol, o japonês, o alemão são exemplos de algumas. Como exemplo de línguas de restrito número de falantes, só para não deixar de citar algumas, lembro o tupari, o carajá, o pacaanová, entre muitíssimos outros.

O que cabe colocar aqui é a relação (que supomos deve existir) entre o grau de manutenção dessas línguas pelos grupos relacionados, de alguma forma, com

elas e o grau de percepção da diferenciação sócio-cultural desses grupos. Em outras palavras: a retenção da diferença, no caso lingüística, pode ser função de afirmação de uma identidade, ou mesmo uma procura de uma identidade sócio-cultural.

No caso específico do negro, que sociologicamente é percebido e percebe a si mesmo como um grupo diferenciado dentro da comunidade brasileira, não existe uma língua que o diferencie de outros grupos. O negro brasileiro se reconhece e é reconhecido como falante do português. No entanto, algumas comunidades negras brasileiras (como exemplo, cito o Recôncavo Baiano) conservam um resto de bilingüismo. Isto é, falam o português em todas as atividades cotidianas, mas se esforçam por conservar dialetos do Congo ou de Angola ou dialetos iorubanos como língua ritual. A respeito de comunidades que conservam o iorubá como língua ritualística, sei do trabalho de Eburn Omownmi Ogunsanya, Residual Yoruba-Portuguese Bilingualism (1971).

Disso que foi dito, a conclusão óbvia é a de que, embora algumas comunidades negras se esforcem por usar línguas africanas em rituais religiosos, essas línguas não podem ser pensadas como marca de identidade dos negros brasileiros, porque todos os negros falam portugês e a minoria que usa línguas africanas em cultos religiosos a usa restritamente, isto é, na prática de religiões africanas. Isso não retira, sem dúvida, a impor

tância e urgência da pesquisa desse rico manancial que são os textos falados nos cultos africanos. A pesquisa desses textos permitiria uma avaliação melhor (e, por isso, mais justa) da civilização africana entre nós, o que, em última instância, implicaria numa compreensão mais aprofundada da civilização brasileira.

Se é verdade que alguns grupos sociais no Brasil reafirmam sua identidade sócio-cultural, na medida em que se reconhecem como falantes de outra língua que não o português, isso não quer dizer em absoluto que a maioria de brasileiros que só fala o português não se diferencie do ponto de vista da linguagem. Que temos uma percepção muito nítida da existência de inúmeras variantes do português é por demais óbvio. A partir dessa constatação, resta-nos examinar se existe ou não alguma conexão entre essas diferentes maneiras de falar o português e a diferenciação entre grupos e classes sociais que compõem a comunidade brasileira. Como o número de variantes do português falado no Brasil é muito grande e como, a depender do critério que você arbitrariamente escolha, o número de grupos sociais poderá chegar até o infinito, vamos facilitar a colocação do problema. Vamos privilegiar um determinado tipo de variante linguística que, em regra, aparece em sociedades de classe, e que comumente é chamada de variante social. Para que se esclareça o que comumente chamam de dialeto social, talvez convenha dizer antes que em sociedades estratificadas so

cialmente, as classes dominantes sempre se marcaram em termos lingüísticos, quer pelo uso de uma língua diferente (por exemplo, o latim era usado pelo clero como língua dita de cultura), quer pela posse de uma variante dialetal diferente das outras variantes de uma mesma língua. Por exemplo, com a ascensão da burguesia, o latim passou a ser cada vez menos prestigiado, enquanto as chamadas línguas nacionais dos diversos países europeus eram cada vez mais valorizadas. Isso foi reflexo, é claro, da luta ideológica entre a classe em ascensão (a burguesia) e a classe em decadência (clero, aristocracia), que se apoiava na igreja, principal aparelho ideológico das antigas classes dominantes.

À medida que a burguesia se instalava no poder, as línguas ditas nacionais cresciam em prestígio, nessa nova ordem social. O prestígio crescente das chamadas línguas nacionais, de modo geral, coincide também com a eleição, por parte das classes dominantes, de uma (ou mais de uma, conforme o caso) variante (entre as muitas variantes de uma língua nacional) como variante de prestígio. Essa (ou essas) variante, que a burguesia se esforçará para que se diferencie o mais possível dos falares populares, passa a ser, em muitos países, a única que se permite usar em determinadas ocasiões ou a única digna de ser escrita.

Dito isto, voltemos ao nosso problema, isto é, o de enxergar alguma conexão entre estratificação

social e variação dialetal do português, dentro da comunidade brasileira. Na nossa comunidade, embora nenhum estudo científico tenha detectado com nitidez uma variante ( ou as variantes ) do português, de prestígio social, há um consenso geral sobre qual é essa variante(ou essas variantes). Sentimos facilmente que existem variantes prestigiadas socialmente e outras estigmatizadas, quando nos deparamos com julgamentos preconceituosos do tipo: português certo, português errado, falar feio, falar bonito. A variante do português sentida como feia, errada, sem lógica está relacionada, de alguma forma, com os falares das classes menos favorecidas. Em contrapartida, o português tido como bonito, desembaraçado, certo, coincide, grosso modo, com o ideal de língua imposto pelas classes mais favorecidas.

O Negro, enquanto grupo pertencente, na sua totalidade, às classes menos favorecidas, relaciona-se com os dialetos de menor prestígio social. Ou seja : o negro, enquanto grupo, não se diferencia, em termos lingüísticos, das outras facções das classes menos favorecidas que utilizam somente o português como língua. Cabe dizer aqui que essa situação é bem diferente, ao que tudo indica, da dos EE.UU., país em que o negro está relacionado com uma das variantes do inglês, comumente conhecida como Black English.

De antemão refuto a idéia de que a chamada gíria da favela carioca seja uma espécie de português de

negro: primeiro, porque essa gíria não é falada pela maioria dos negros brasileiros, mesmo os negros pertencentes às populações urbanas. Ademais, existem diferenças que devem ser levadas em consideração entre o que estou chamando gíria e o que estou chamando dialeto. Os dialetos (as variantes que eu estou considerando) não se diferenciam entre si apenas pelo vocabulário. Há diferenças, digamos, estruturais entre dialetos. A gíria, por outro lado, diferencia-se das outras variantes somente, parece-me, pelo vocabulário que é muito específico do grupo que o usa. Depois, há uma diferença, digamos, pragmática entre gíria e dialeto: por exemplo, na gíria da favela é bem visível o esforço consciente de diferenciação lingüística. Isso se relaciona, a meu ver, com o fato de que a gíria só se quer inteligível pelos componentes do grupo que a falam. Na medida em que a decifração do código é possível para outros grupos, torna-se necessário que se crie um outro código gíriático. Desse modo, a influência do tempo é mais claramente visível na gíria do que nas outras variantes do português. Por isso, as gírias das favelas cariocas são variantes facilmente percebíveis e, como tais, não podem ser vistas como uma espécie de dialeto do negro brasileiro.

Em relação a esse tópico, quero ainda colocar dois problemas. O primeiro é concernente ao critério de valorização de determinadas variantes lingüísticas em relação a outras. A posição da lingüística moderna é cla

ra em relação a esse problema. Simplesmente esse problema não existe. Ou seja: não há argumento nenhum favorável à idéia de que uma variante seja melhor ou pior em si que outra variante dialetal, do ponto de vista estritamente linguístico. Acredita-se que qualquer dialeto do português ou de qualquer língua do mundo tem todos os reursos para permitir, dadas as condições, a expressão de qualquer conteúdo que o grupo tenha necessidade de transmitir.

Encontramos a explicação do porquê se valoriza uma variante linguística e se tenta colocar outras em posição de inferioridade, quando saímos da perspectiva puramente linguística e nos colocamos numa perspectiva, digamos, social. Nessa perspectiva, os falares ditos certos, bonitos, etc. aparecem como tais, dada a sua vinculação com as classes detentoras do poder político e social. Os falares tidos como feios são os relacionados com os dialetos das classes subalternas. É fácil, desse modo, perceber que os juízos de valor atribuídos às variantes linguísticas constituem função da dominação ideológica das classes dominantes sobre as classes subalternas: as variantes linguísticas das classes menos favorecidas são contestadas pelas classes instaladas no poder, assim como tudo o que poderia constituir-se como marca ou como valor das classes menos favorecidas é negado. Em contrapartida coloca-se como constituindo o próprio valor em si, como valores inquestionáveis, os valores das classes

poderosas, particularmente a variante lingüística relacionada, de algum modo, com essas classes.

Um outro problema é: caso o negro, no seu crescente processo de marginalização econômica, social e política começasse a ser relacionado com uma variante específica do português, quais seriam as consequências disso? Supondo uma situação desse tipo, colocamos o problema nos seguintes termos: não se pode negar que a existência de um dialeto específico relacionado a um grupo social pode funcionar como um elemento que promova maior identificação, coesão e solidariedade entre os indivíduos de um grupo. Qualquer esforço, então, de colocar esse dialeto hipotético em posição inferior poderia ser entendido como uma tentativa de negar o grupo, pois, como dissemos, não existe dialeto melhor ou pior que outro, e tais julgamentos têm motivação fortemente ideológica.

Mas, cabe perguntar, não haveria perigo em tal diferenciação? Minha hipótese é que sim. E justifico porquê: na medida em que a manipulação dos dialetos das classes prestigiadas é uma das condições de participação social e mesmo condição de interrelação mais ampla com outros grupos, uma ênfase acentuada em um único dialeto redundaria em maior marginalização, o que só viria afastar ainda mais o negro do poder político, social e econômico. Na verdade, a vantagem maior é a do grupo que manipula uma maior gama de dialetos. Por isso, a apropriação do grupo negro, dada a situação hipotética exposta aqui,

dos dialetos das classes dominantes corresponderia, em parte, à possibilidade do negro concorrer em condições mínimas de igualdade, numa sociedade em que as regras do jogo são essas.

O importante a frisar aqui é: o português falado por negros brasileiros não se diferencia do português falado pelas outras etnias que compõem as classes subalternas. A emergência (dado o crescente processo de marginalização do negro) de um português de negro, se de um lado poderia funcionar como elemento que promovesse a conquista de uma maior identidade de grupo, por outro lado poderia funcionar de tal modo que favorecesse o processo de marginalização do negro, reafirmando por processo de circularidade, o mecanismo do sistema.

Em suma: embora o negro brasileiro se perceba e seja percebido como um grupo social diferenciado dentro da comunidade brasileira, a sua auto-identificação não é reproduzida nem em termos de uma língua própria do grupo, nem em termos de um dialeto especial. Isso não implica em que o negro não possa ganhar existência, do ponto de vista da linguagem. Explico-me melhor: embora reconheça que uma língua ou um dialeto especial de um grupo social não é condição necessária para que um grupo encontre sua identidade, acho necessário, no entanto, que o negro se aproprie da linguagem, se quiser reivindicar seu lugar na história.

Não quero dizer, repito, que seja necessá

rio o negro se marcar, em termos de uma língua ou de um dialeto especial, mas, sim, de se apossar da linguagem num sentido mais profundo. Para ser mais explícito: são as classes dominantes que detêm o poder da palavra. Elas é que, através de intelectuais, artistas e cientistas ser vis ao sistema, discursam elaborando as verdades que se querem inabaláveis, únicas e eternas, verdades que afirmam e reafirmam o privilégio das classes dominantes. Assim, por exemplo, a história é narrada sempre do ponto de vista das elites (e, portanto, são essas elites que falam). As classes subalternas, em contrapartida, são con finadas ao seu silêncio total.

Tomando o ato de discursar <sup>1</sup> propositada mente neste sentido bem amplo, e eu quero, para tais fins, que ele seja entendido com o sentido mais amplo possível, fica-nos fácil compreender porque nos é dito que a história do nosso povo começa com a chegada de Cabral no Brasil, compreendemos melhor porque o grito do Ipiranga é tido como um fato histórico relevante, porque a Princesa Isabel aparece nesses discursos como redentora de um povo. Mário Apoená, chefe xavante, claro que não concordaria que a história do seu povo começa com a chamada Descoberta do Brasil. E é claro também que a história contada sob o ponto de vista dos grupos subalternos teria, por força, de considerar como marcos históricos, a construção da nação Palmares, as revoltas malês, as lutas dos nagôs contra as classes opressoras, entre

muitos outros marcos históricos relevantes do ponto de vista dos grupos que elaborariam esses discursos.

Em outras palavras: os grupos subalternos não têm existência, porque, entre outras coisas, não de têm o poder da linguagem, o poder da palavra. Por isso, para que o negro possa conquistar sua identidade, sua existência mesmo enquanto grupo social, é necessário que ele se aposses da linguagem, ou seja, ele próprio fale de si mesmo, ele mesmo conte sua história, sob sua perspectiva. Só assim, elaborando o seu próprio discurso, é que o negro será capaz de criar o seu lugar justo na sociedade brasileira, na história do povo brasileiro, enfim, elaborar, ele próprio, seu próprio perfil, encontrar sua identidade.

É necessário, pois que o negro ganhe existência social real, acrescentando aos discursos já existentes, o seu próprio discurso.

---

NOTAS:

- 1 - "É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro" - Émile Benveniste, Problemas de Linguística Geral, Ed. Nacional, S. Paulo, 1976, p.267. Locutor e Ouvinte não devem ser entendidos somente como locutor e ouvinte individuais, mas também locutor e ouvinte coletivizados (representantes de uma determinada classe ou de um determinado grupo).